



Folha de S. Paulo – 12 Dez 2003

Estatais de energia devem ganhar com novo modelo

Os grandes beneficiados pelo novo modelo do setor elétrico, anunciado ontem, são as empresas estatais e estaduais de energia, as empreiteiras de obras públicas e os fabricantes de equipamentos, além do próprio Ministério de Minas e Energia, autor do projeto que será enviado ao Congresso.

Essa é a opinião de analistas e críticos do modelo ouvidos pela Folha. "O Ministério de Minas e Energia passa a ter poder absoluto sobre todos os órgãos reguladores do setor, algo semelhante ao que existia durante o regime militar", diz Adriano Pires, presidente do CBIE (Centro Brasileiro de Infra-Estrutura).

A concentração de poder nas mãos do governo inibirá o investimento privado no setor, segundo Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica. "Os governos, em toda a democracia, são muito suscetíveis a pressões. Se não houver nenhum mecanismo de proteção, haverá um "by pass" dessas pressões para o setor", diz.

Também se beneficiam do novo modelo as empresas estatais e estaduais de energia, como Eletrobrás, Furnas, Cesp, Cemig e Copel. O novo modelo proíbe o chamado "self dealing" - mecanismo que permite a uma geradora vender energia diretamente à distribuidora do mesmo grupo. É o caso da Cemig geradora, por exemplo, que vendia mais barato para a Cemig distribuidora. "Com isso a Cemig tinha mais poder de mercado, competindo em desigualdade de condições com as demais distribuidoras", diz Pires.

Segundo os analistas, o novo modelo também beneficiará as grandes empreiteiras e fabricantes de equipamentos. "Como o ministério centralizará as decisões de investimento, o risco é que se tomem decisões políticas, e não técnicas, na definição de obras prioritárias", diz Tamashiro. Um receio é que sejam ressuscitados dois projetos enterrados pelo governo passado, considerados economicamente inviáveis.

O presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, tem defendido o aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira, em Rondônia, cujo projeto tem um custo estimado entre US\$ 7 bilhões e US\$ 8 bilhões. Defende a construção da usina Belo Monte, no rio Xingó (PA), a custo estimado em US\$ 10 bilhões. Segundo analistas, com esses recursos é possível construir 20 usinas de 500 megawatts (mais próximas do centro de consumo).

Quem perde

Segundo os analistas, um dos setores que poderá ter perdas com o novo modelo é o que reúne as distribuidoras de energia elétrica. Atualmente as tarifas são definidas de acordo com os custos administráveis (compra de energia, pessoal e outros) e não administráveis por elas (tributos e encargos setoriais). As empresas têm um limite para repassar custos - é o chamado valor normativo definido pela Aneel.

Com o pool, a tarifa será definida pelo preço médio das compras de energia de cada distribuidora. "Antes as distribuidoras podiam repassar até 110% dos custos, agora o repasse de preços será feito de acordo com a média dos valores pagos na compra de energia", diz Sérgio Tamashiro, analista do Unibanco.

Segundo ele, o novo modelo criou um risco para as distribuidoras de não poder repassar custos. "O preço médio é definido depois de feita a compra junto às geradoras. Como eles oscilam, pode ocorrer de uma empresa pagar mais caro em um determinado momento e depois não conseguir repassar, pois o mecanismo de limitação do repasse de preço não foi extinto", diz Tamashiro.

As geradoras privadas também perdem, pois vão ter de vender pelo preço do "pool". Segundo o novo modelo, elas comercializariam a energia gerada no chamado "ambiente de contratação livre", no qual os preços seriam regidos pela oferta e demanda. "Esse mercado não vai funcionar, seus preços serão mas caros do que os do "pool" e ninguém vai comprar", diz Pires.